

HABEAS CORPUS Nº 548.925 - SP (2019/0358401-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **EDUARDO GOMES PEREIRA E OUTRO**
ADVOGADOS : **NATALINO POLATO - SP220810**
: **EDUARDO GOMES PEREIRA - SP350726**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **J F M (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J F M apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante "pela infração dos artigos 1º, inciso I, alínea “a” e § 4º, da Lei nº 9.455/97 (vítima Marcos), 1º, inciso I, alínea “a”, §§ 3º e 4º, da Lei nº 9.455/97, c.c. o artigo 61, inciso II, alínea “f”, do Código Penal (vítima Leiliane), 213, caput, c.c. o artigo 22, ambos do Código Penal (vítima Marcos), 213, caput, c.c. o artigo 61, inciso II, alínea “f”, ambos do Código Penal (vítima Leiliane) e 146 c.c. o artigo 61, II, “h”, ambos do Código Penal" (e-STJ fl. 31). A segregação foi convertida em preventiva.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 31):

ESTUPRO. TORTURA E CONSTRANGIMENTO ILEGAL.
Prisão preventiva. Revogação.

Impossibilidade. Existência de prova da materialidade das infrações e de indícios suficientes de autoria. Prisão decretada e mantida por decisões suficientemente fundamentadas. Presença dos requisitos da custódia cautelar. Substituição da prisão pelas medidas cautelares alternativas previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal. Inadmissibilidade. Medidas que são inadequadas e insuficientes. Excesso de prazo para o término da instrução. Inocorrência.

Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada.

Na presente impetração, alega a defesa que "há provas materiais, (Laudo/Perícias Técnicas), que além de contrapor as declarações das 'vítimas', apontam a

NATUREZA DE LESÃO CORPORAL LEVE, estas advindas de confronto com o paciente e a 'vítima' [M] e, inexistentes com relação a 'vítima' [L], que se feriu involuntariamente, quando se colocou entre [M] E [J], durante ao embate físico, (luta) entre ambos" (e-STJ fl. 28).

Aduz, ainda, que preenche os requisitos da liberdade provisória.

Requer "seja conhecido e provido o presente recurso, reformando-se a venerável decisão e concedendo-se ao recorrente o Habeas Corpus, pretendido com a decretação da Liberdade Provisória, para que possa responder as acusações em liberdade, até o trânsito em julgado" (e-STJ fl. 28).

É, em síntese, o relatório.

Não obstante as razões constantes da petição inicial, os impetrantes não juntaram aos autos cópia do decreto prisional, o que inviabiliza a análise da pretensão.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma (Súmula n.º 182 desta Corte).

2. Cabe ao impetrante o esmerado aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligar cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 23/4/2015.)

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. *É possível receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, dada a identidade do prazo recursal e a inexistência de erro grosseiro.*

2. *Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.*

3. *Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.*

4. *Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido.* (RCD no RHC-54.626/SP, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 2/3/2015, grifei.)

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator